

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

X REUNIÃO ORDINÁRIA

BRASÍLIA, 22 E 23 DE MARÇO DE 2011

1. DIA 22 DE MARÇO DE 2011 - ABERTURA DOS TRABALHOS, VERIFICAÇÃO DE QUORUM, APROVAÇÃO DA PAUTA E DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO DO IPEA.

1.1. No dia 22 de março, confirmada a presença dos seguintes conselheiros e convidados, que assinaram lista de frequência: Almir da Costa Pereira (ABCRED), Ari Aloraldo do Nascimento (ADS), Vanderley Ziger (ANCOSOL), Arivaldo José Sezyshita (ASA), Elizabeth Calixto Abrão (Banco do Brasil), Ademar de Andrade Bertucci (Cáritas), Lourdes Dill (Cáritas), Janice Mendonça Fernandes (Caixa Econômica Federal), Nelito Nonato Dornelas (CNBB), Vanessa Moreira Sígolo (FACES do Brasil), Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (FONSET), Oberdan M. de Andrade (GTA), Daniel Angotti Moisés Marques (MAPA), Andréia Ingrid M. do Nascimento (MCT), Vinicius Reis Galdino Xavier (MCT), Jerônimo Rodrigues Souza (MDA), Manoel Vital de Carvalho Filho (MDA), Leslye Bombonato Ursini (MDS), Adriana Andrés (MEC), Helio Resende Júnior (MF), Diogo Bezerra (MI), Julio Cesar Gomes Pinho (MMA), Carlos Alencastro Cavalcanti (MNCR), Alexandre Luís Giehl (MPA), Maurício Landi Pereira (OCB), Luiz Roberto Carrazza (Rede Cerrado), Sandra Inês Faé Praxedes (Rede de Gestores), Graciete Ramos (Rede Economia e Feminismo); Jeter Luiz Gomes (SG/PR), Vera Lucia Lourido Barreto (SG/PR), Genes da Fonseca (Unicafes), Maíra dos Santos (Unicafes), Arildo Mota Lopes (Unisol), Clóvis Vailant (Unitrabalho), e Joana Mota Palheta, Edivaldo de Freitas Paes, Sebastiana Almir de Jesus, Lilian Margareth Wiltgen, Sonia Maria Braz da Silva, Antonio Edilberto C. Monte, Reginaldo Pereira de Figueiredo, Antônia Ogliari Talgatti e Irene Medina, representantes do FBES. Foi constatada a presença dos Srs. Junia Santa Rosa (MCidades), Marcos Dal Fabbro (MDS), Ministro Carlos Roberto Lupi (MTE), Paul Singer (SENAES/MTE), que não assinaram a lista de presença. Participaram como ouvintes e/ou convidados/palestrantes: Ronaldo de Oliveira (SEPP/PR), Shirlei Aparecida Almeida Silva (IMS), Rizioneide Amorim (IMS), Mariana Machitte de Freitas (UNICAMP), Aline F. de Albuquerque (MCidades), Rodrigo Moraes Lima Delgado (MCidades), Rodrigo Fávero (MCidades), Valmor Schiochet (FURB), Dep. Federal Pedro Francisco Uczai (PT/SC), Isabel Cavalcanti (BNDES), Joselito B. Oliveira (BNDES), e Nelsa Nespolo (Gov. do Estado do RS). Constatada a condição de atendimento ao disposto no art. 9º do Regimento Interno do CNES, sendo verificado o quórum mínimo necessário para o início da reunião. O Professor Paul Singer iniciou os trabalhos lendo a pauta proposta, a qual foi aprovada por todos. Em seguida, colocou em deliberação a aprovação da ata da IX Reunião Ordinária, a qual também foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou a palavra à Sra. Joana Alencar que apresentou-se como pesquisadora do IPEA, responsável pelo “Projeto Institucionalização da Participação Social no Brasil” e pela aplicação de questionário específico sobre os Conselhos Nacionais de Políticas Públicas no Brasil, em parceria com a Secretaria Nacional de Articulação Social/PR aos conselheiros do CNES. Informou que a pesquisa será aplicada em trinta e um Conselhos Centrais. Explicou sobre o conteúdo do questionário, o que abrange e solicitou a todos que o preencham e o devolvam até o final da reunião, dada a importância que as respostas terão para a pesquisa.

1.1. PAINEL: “A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ATUAL CONTEXTO”

O painel foi aberto com a fala da Sra. Nelsa Inês Fabian Nespolo, Diretora do Departamento de Economia Solidária da Secretaria de Estado de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Iniciou os trabalhos colocando alguns

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

aspectos da visão que representa atualmente o contexto da Economia Solidária, que não vive seu melhor momento em razão de não consolidar suas políticas públicas. Falou sobre a diminuição dos empreendimentos da economia solidária, a necessidade de ampla discussão dos programas e caminhos a serem trilhados para que os mesmos sejam fortalecidos. Esclareceu sobre a criação da Secretaria de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa no âmbito do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, informando as definições desse setor e sua importância para as políticas públicas; o impacto da criação de um ministério contendo um departamento de economia solidária em sua estrutura, que possa contribuir efetivamente para o PIB, na forma de estratégia de governo e da necessidade de que os gestores de economia solidária estejam preparados para utilizar os poucos recursos destinados. Destacou ainda a importância de que os recursos do PRONAF sejam estendidos para o nível urbano, especificamente na qualificação da gestão e da necessidade de interlocução com outras áreas para disseminar a economia solidária e convocar a sociedade para discutir o assunto. O debate prosseguiu com a explanação do Sr. Clóvis Vailant, que expôs o contexto político e da necessidade de criar políticas públicas estaduais e municipais para a economia solidária, questionando a quem cabe a difícil missão de fazer o controle social dessas políticas, diante da crise atual. Continuou explicando que a economia solidária está em expansão e que pode contribuir sobremaneira para o processo de erradicação da pobreza, e que uma das formas de contribuir seria investindo na qualificação, para que se diminuam as desigualdades sociais. O Sr. Roberto Marinho indicou três fatores que contribuíram para a ascensão da economia solidária: a adesão crescente dos movimentos organizados da sociedade, o crescimento da economia solidária, fruto da sua própria organização e a adesão de governos e políticas públicas. Propôs duas hipóteses para melhor compor a situação atual da ES: a primeira considerando que a economia solidária continuará em ascensão, mesmo com a mudança de contexto e a segunda considerando que os EES estão aguardando definições da política, para retomar os desafios a serem enfrentados para o avanço de suas atividades. Lembrou ainda que existem várias ações definidas na II Conferência Nacional que precisam ser colocadas em prática, discorrendo sobre algumas iniciativas para fortalecer a ampliação do acesso ao mercado de trabalho por meio de qualificação social e profissional. Em seguida falou sobre as oportunidades da economia solidária no período atual: a crise global (humanitária), os recentes aprendizados do Brasil no que concerne ao reconhecimento da importância dos investimentos sociais e a valorização da dinamização da economia interna e da abordagem territorial e, por fim o fortalecimento da democracia e do processo de democratização do Estado e das Políticas Públicas. A palavra foi franqueada a vários Conselheiros, que complementaram as idéias discorrendo sobre a necessidade de ampliação do crédito e das formas de acesso dos EES aos bancos públicos e privados, como forma de dar maior efetividade à participação da economia solidária nas políticas sociais.

1.2. DEBATE: “A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA EMANCIPATÓRIA NA ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA”

O debate foi aberto com a seguinte composição da mesa: Sr. Cláudio da Rocha Roquete, Secretário-Adjunto do Plano de Erradicação da Extrema Pobreza, representando a Sra. Ana Maria Medeiros da Fonseca, Secretária de Articulação para a Inclusão Produtiva do MDS, que não pôde estar presente, a senhora Sra. Lourdes Dill e o Sr. Paul Singer. Posteriormente o Sr. Ministro Carlos Lupi também compôs a mesa. O Sr. Cláudio iniciou o debate observando que a economia solidária era uma alternativa para a construção de uma sociedade mais justa, capaz de mobilizar pessoas que não tinham condições de se inserir na sociedade. Em seguida explicou que a Presidente da República havia sinalizado a meta da erradicação da extrema pobreza em seu governo como um grande desafio a ser vencido, baseado em três eixos de sustentação: eixo da garantia de renda para os mais pobres; eixo de ampliação de serviços públicos para essa população e eixo da inserção produtiva. Citou ainda que a qualificação profissional era a grande oportunidade para o desenvolvimento econômico. Observou o importante papel da economia

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

solidária no processo de erradicação da pobreza, mas que ao se definir metas para tal ação era necessário saber qual estrutura se dispõe para executá-la (quantos centros de economia solidária existem para comercializar os produtos, além da regulamentação legal etc.). Considerou também a necessidade do Governo estar aberto para discutir as condições necessárias para que a economia solidária possa desempenhar esse papel, através do Conselho Nacional. Em seguida a Sra. Lourdes Dill falou sobre a estratégia emancipatória da erradicação da pobreza extrema, indicando o papel da sociedade civil, fóruns e do próprio Conselho. Discorreu sobre o Programa Bolsa Família, frisando que o mesmo deveria ter um caráter transitório, e que as famílias assistidas por esse programa deveriam passar a ter outra oportunidade, a qual poderia ser dada através do apoio da economia solidária e seus programas. O Sr. Paul Singer falou do desafio da erradicação da miséria e que a proposta do Brasil em fazê-lo é digno de figurar na história. Falou que tal desafio deve ser enfrentado através da união governamental com os atores organizados da sociedade civil, com o objetivo de oferecer alternativas de vida, destacando que a economia solidária pode oferecer propostas nesse sentido. Ressaltou que o grande desafio era o resgate da dignidade humana, que permitisse uma mudança psicológica e de situação social àqueles que encontram-se em situação de miséria extrema. Foi passada a palavra ao Ministro Carlos Lupi que questionou o que seria a extrema miséria e sua erradicação, observando que nunca foi feito um diagnóstico sobre essa questão. Questionou o que era a ação governamental nesse processo, destacando que o grande Programa Bolsa Família havia chegado mais próximo de quem estava na extrema miséria. Que ao ser examinada essa situação, também havia que se deter, além das considerações colocadas pelo professor Paul Singer, a origem dessas pessoas, considerando as diferenças regionais. Questionou quais as situações que poderiam tirar as pessoas da miséria, indicando os benefícios a que todos tinham direito e que era ação governamental. Relatou as ações que beneficiavam as pessoas que já tinham alguma renda, que não atingem aqueles que estão na extrema pobreza, com as ações governamentais que são pautadas pelas ações do Estado. Discorreu sobre esse assunto e também sobre os excluídos que se encontravam à margem da lei e que deveriam ser o principal foco caso contrário essa situação não teria solução, falando sobre as populações que engrossavam esse segmento. Destacou qual o papel do governo, das ONGS e demais instituições, que deveriam estar ao lado nessa ação governamental que se estava construindo, preservando a cidadania, ressaltando, também, a união de todas as forças para combater esse mal da sociedade. O Ministro observou que havia que pensar qual era o papel da Educação nesse processo e que deveria participar de toda a vida do cidadão, principalmente durante os primeiros seis meses da vida, destacando o relevante papel das creches públicas, relatando algumas experiências nessa área. Ressaltou, também, o papel da Economia Solidária, que poderia ser um instrumento indutor da exclusão da miséria, discorrendo sobre esse setor e sua possibilidade de inclusão. Falou sobre a qualificação profissional, indicando o papel do Estado para ajudar na descoberta da vocação de cada um, aprimorando seu dom, considerando a falta de recursos de sua família. Destacando a importância da Economia Solidária e da qualificação profissional, ponderou que não havia melhor forma de distribuir renda do que emprego formal e salário, o que também elevava a auto-estima, valorizando o ser humano. Falou sobre a geração de emprego e renda e os dados apresentados, mas ressaltando que o principal desafio era como chegar aos brasileiros que não tem o direito a uma vida digna. Em seguida o Sr. Paul Singer abriu espaço para que os presentes apresentassem as ações de combate à pobreza e que tinham relação com a economia solidária que estão sendo desenvolvidas em suas instituições. Falaram os representantes do MDA, MMA, MDS, MI, MCidades, MPA, MAPA e em seguida o Sr. Roberto Marinho passou a expor o tema e apresentando as propostas da economia solidária para o tema da erradicação da pobreza. Franqueada a palavra aos outros participantes. A Sra. Sonia Maria explicou que a economia solidária já tem um compromisso com a erradicação da miséria: compromisso esse assumido desde a sua criação, visto que a economia solidária atinge justamente aquelas pessoas que estão excluídas dos processos de trabalho convencionais, ou seja: mulheres, catadores, etc., sendo esse o perfil da economia solidária. O Senhor Almir ressaltou a questão do crédito e microcrédito e a necessidade de

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

abordar o tema das finanças solidárias. Explicou que os empreendimentos, coletivos ou individuais sempre terão necessidade de investir para crescer ou melhorar e que ainda existem vários problemas de acesso ao crédito que precisam ser sanados. Dessa forma, tendo acesso ao crédito os empreendimentos solidários cumprirão melhor seus papéis e poderão contribuir para a erradicação da pobreza e da miséria.. O Sr. Clóvis destacou a necessidade do Fórum Brasileiro de Economia Solidária ter assento no Conselho do FAT, permitindo assim ampliar a discussão do programa de crédito para a economia solidária. Além disso, reforçou que os recursos de investimento e estrutura devem sair do BNDES. Após se ouvir as falas dos conselheiros que atuam na esfera pública, foi colocado pela Sr^a Sandra Praxedes a questão de haver a sobreposição de papéis e portanto entende-se que há a necessidade de haver melhor articulação entre os Ministérios que tratam da temática com o propósito de atender as demandas relacionadas ao tema de Economia solidária. Destacou-se, assim, a importância de levantar essa questão no momento de discussão da proposta para o PPA 2012 – 2015. A Sra. Graciete disse que se identificou com o discurso da Sandra Praxedes e que é necessário lutar pelas políticas públicas lembrando sempre da intersetorialidade. Destacou a importância da participação das mulheres no contexto da erradicação da pobreza, visto que são elas que, na maioria das vezes, participam dos projetos sociais, principalmente quando se fala em projetos de economia solidária.

2. DIA 23 DE MARÇO DE 2011 – ABERTURA DOS TRABALHOS E VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM

2.1 No dia 23 de março, confirmada a presença dos seguintes conselheiros e convidados, que assinaram lista de frequência: Almir da Costa Pereira (ABCRED), Ari Aloraldo do Nascimento (ADS), Vanderley Ziger (ANCOSOL), Arivaldo José Sezyshta (ASA), Elizabeth Calixto Abrão (Banco do Brasil), Ademar de Andrade Bertucci (Cáritas), Lourdes Dill (Cáritas), Janice Mendonça Fernandes (Caixa Econômica Federal), Vanessa Moreira Sígolo (FACES do Brasil), Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (FONSET), Oberdan M. de Andrade (GTA), Vinícius Reis Galdino Xavier (MCT), Manoel Vital de Carvalho Filho (MDA), Leslye Bombonato Ursini (MDS), Adriana Andrés (MEC), Diogo Bezerra (MI), Klinton Vieira Senra (MMA), Carlos Alencastro Cavalcanti (MNCR), Alexandre Luís Giehl (MPA), Mauricio Landi Pereira (OCB), Luiz Roberto Carrazza (Rede Cerrado), Sandra Inês Faé Praxedes (Rede de Gestores), Graciete Ramos (Rede Economia e Feminismo), Jeter Luiz Gomes (SG/PR), Vera Lúcia Lourido Barreto (SG/PR), Genes da Fonseca (Unicafes), Maíra Santos (Unicafes), Arildo Mota Lopes (Unisol), Clóvis Vailant (Unitrabalho), e Joana Mota Palheta, Edivaldo de Freitas Paes, Sebastiana Almire de Jesus, Lilian Margareth Wiltgen, Sonia Maria Braz da Silva, Antonio Edilberto C. Monte, Reginaldo Pereira de Figueiredo, Antonia Ogliari Talgatti e Irene Medina, representantes do FBES. Constatada a presença dos Senhores Paul Singer (SENAES/MTE), Fábio José Bechara Sanchez (SENAES/MTE), que não assinaram a lista de presença. Participaram como ouvintes e/ou convidados: Marcelo Pires Mendonça (SNAS/SG/PR), Mariana Machitte de Freitas (UNICAMP), Shirlei Aparecida Almeida Silva (IMS) e Rizoneide Amorim (IMS). Constatada a condição de atendimento ao disposto no art. 9º do Regimento Interno do CNES, sendo verificado o quórum mínimo necessário para o início da reunião. O Professor Paul Singer abriu os trabalhos e passou a palavra ao Senhor Marcelo Pires Mendonça, que fez a apresentação do livro dos Conselhos Nacionais e explanou sobre as ações da Secretaria Nacional de Articulação Nacional da Secretaria Geral da Presidência da República.

2.1. DISCUSSÃO SOBRE O PPA 2012/2015

O debate foi aberto com a informação de que a representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Maria Lucia de Oliveira Falcón não poderia comparecer e que não designou outra pessoa para participar da reunião. O Professor Paul Singer lamentou a ausência

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

do MP na reunião e explicou que achava importante que esse tema fosse discutido e que seria mais importante aproveitar o tempo disponível para tal. Passou a palavra para o Sr. Roberto Marinho, que conduziu a apresentação fazendo um breve histórico do processo de elaboração e das dificuldades enfrentadas pela equipe da SENAES para a construção da primeira versão do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento em 2003 e da elaboração do PPA 2004/2007. Informou que em 2007 a SENAES fez várias atividades no CNES para formulação das ações de ES dentro do PPA e que inicialmente a idéia era de que fossem criados mais dois programas (PRONACOOP, PRONADES) além do Programa ES em Desenvolvimento, com várias ações. Em seguida reafirmou a necessidade do Conselho fazer um balanço do processo da execução do Programa que está em execução (2008-2011). Esclareceu que a SENAES celebrou uma cooperação com a UFRJ, para que pudesse auxiliar a fazer estudo aprofundado e levantamento documental, qualitativo e quantitativo desse período, porém, como o repasse de recursos só se deu no final do ano de 2010, não houve condições de operacionalizar tal ação. Propôs a realização de um seminário envolvendo o CNES, instituições parceiras e algumas entidades executoras de parcerias da ES (governamentais e da sociedade civil), e que o resultado desse seminário fosse sistematizado e publicado. Em seguida respondeu ao questionamento referente ao que poderia ser feito a partir desse debate, esclarecendo que o referencial para a reformulação/elaboração do PPA da SENAES deve seguir as conclusões da II Conferência Nacional de Economia Solidária. Franqueada a palavra aos conselheiros. As seguintes sugestões foram apresentadas:

1) do Sr. Carlos Welth Pimenta, representante do FONSET: ponderou que o Conselho deveria ter uma posição bem definida em relação ao PPA. Apresentou as seguintes propostas:

- a) que o MTE e o CNES conversem com cada Estado, para traçar perfil de realidades de seus projetos e da pobreza com o intuito de traçar linha de ação dos Ministérios e do Conselho;
 - b) elaboração de um mapa brasileiro de combate às exclusões, de forma a garantir a efetiva distribuição de recursos para os projetos de inclusão produtiva;
 - c) apoiar as feiras de inclusão produtiva com ações e recursos;
 - d) elaborar programa de qualificação profissional para os integrantes do Programa Bolsa Família;
 - e) fomentar a destinação de recursos do microcrédito para financiar os projetos de inclusão produtiva, divulgando e dando a respectiva e necessária transparência dos recursos disponibilizados;
 - f) solicitar que os Ministérios envolvidos no combate à pobreza divulguem as ações, projetos e o volume de recursos disponibilizados nos estados e municípios.
- Destacou ainda a necessidade de uma ação coordenada entre os Ministérios envolvidos.

2) do Sr. Manoel Vital, representante do MDA sugeriu que a SENAES coordenasse elaboração da proposta para o PPA, apresentando sete sugestões:

- a) Melhorias no PPA em execução, acrescentando e/ou suprimindo questões e colocando as propostas da II CONAES, aperfeiçoando-as;
- b) repensar a estrutura da SENAES, de forma a fortalecê-la com ações orçamentárias de melhor porte;
- c) articular com outros Ministérios para que coloquem em seus PPA's ações dentro do Programa da Economia Solidária;
- d) colocar ações da SENAES em outros programas de outros Ministérios, de forma a integrar e consolidar espaços da Economia Solidária no Governo;
- e) formação de grupos pequenos
- f) Melhora o entendimento sobre o processo e construção e da continuidade do PPA
- g) Acompanhar politicamente o andamento do PPA.

3) da Sra. Sandra Praxedes, representante da Rede de Gestores:

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Sugeriu que as demandas referentes ao PPA, decorrentes da Conferência sejam destacadas, estudadas e incluídas no planejamento e que o Comitê Permanente ficasse com a tarefa de acompanhar no MPOG e na PR, construindo uma proposição e encaminhando para a SENAES.

2.1.1. Encaminhamento:

a) Fazer uma reunião do Comitê Permanente, tão logo que a SENAES tenha uma sinalização do método e do processo a serem adotados pelo MPOG para a elaboração do PPA, preparando uma reunião extraordinária do CNES para debater o conteúdo e proposta de PPA para a economia solidária.

- Para essa reunião do Comitê Permanente serão convocados três representantes titulares do Governo, três de entidades de fomento e apoio à economia solidária, três de empreendimentos e mais três suplentes de empreendimentos ativos e mais um ouvinte.

3. DISCUSSÃO SOBRE O LUGAR INSTITUCIONAL DA SENAES

A discussão teve início com a informação, dada pelo conselheiro Ari Aloraldo, representante da ADS, que em reunião das centrais sindicais com a Presidência da República soube que seria criado o Ministério das Micro e Pequenas Empresas e que a Economia Solidária iria integrar essa pasta. Questionou sobre a falta de discussão sobre esse assunto, posicionando-se acerca da precariedade da estrutura atual da SENAES no âmbito do MTE e perguntou sobre qual seria a justificativa para a transferência da SENAES para o Ministério das Micro e Pequenas Empresas. Vários conselheiros se manifestaram posicionando-se contra a saída da SENAES para integrar esse novo Ministério das Micro e Pequenas Empresas, lembrando que as decisões da II Conferência Nacional de Economia Solidária seriam desrespeitadas, e que era necessário retomar o diálogo com o Governo para que fosse criado o Ministério da Economia Solidária. Outros manifestaram-se no sentido de que era necessário reunir as bases do movimento, para que fosse fortalecido politicamente e que seria necessária e imediata uma audiência com a Presidência da República para tratar do assunto.

3.1. Encaminhamentos:

a) Solicitação de audiência do Conselho Nacional de Economia Solidária com a Presidente da República, para recolocar a Agenda da II Conferência Nacional;

b) Tomada de posição pelo CNES em relação ao lugar institucional da Economia Solidária, reafirmando a II Conferência Nacional de Economia Solidária sobre a criação do Ministério;

c) Criação de uma comissão para encaminhamento dessa discussão;

d) Agenda com a Casa Civil, MPOG, MF e MDS para colocar a demanda da economia solidária;

e) Necessidade de fortalecimento do CNES, como espaço de articulação dos pontos da agenda;

f) Levantamento dos temas prioritários para serem tratados pelo CNES;

g) Elaborar uma resolução sobre o lugar institucional da ES e uma solicitação de audiência com a PR ou com os ministros da CC/PR, MPOG, MF e MDS.

- Para que os encaminhamentos possam dar seguimento, foi aprovado pelo Pleno do Conselho que um subgrupo do Comitê Permanente fosse criado para acompanhar essas discussões. Não foi definido quem fará parte desse subgrupo.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

4. INFORMES

O Sr. Antonio Haroldo informou que durante a IX Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Economia Solidária foi aprovada a Resolução nº 2, de 18 de novembro de 2010, a qual definiu critérios de credenciamento e escolha de entidades representativas da sociedade civil, e criou uma comissão especial no âmbito do CNES para selecionar tais entidades para compor a Comissão Gestora Nacional do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário com o intuito de indicá-las ao Ministro do Trabalho e Emprego. A comissão foi composta por representante da Secretaria Geral da PR, representante do Grupo de Trabalho Amazônico – GTA e coordenada pela SENAES. Informou que a CGN/SJCS é composta por representantes do MTE, MDA, MDS e os seguintes segmentos representantes da sociedade civil: dos empreendimentos econômicos solidários; de apoio e fomento ao comércio justo e solidário e do segmento das redes de economia solidária. Em seguida informou sobre o resultado dos trabalhos da Comissão Especial, e deu por encerrados os trabalhos desse grupo, nominando as seguintes entidades escolhidas de acordo com os critérios estabelecidos para compor a Comissão Gestora Nacional do SCJS:

a) Entidades do segmento dos empreendimentos econômicos solidários:

Titulares:

- União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil – UNISOL
- União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES

Suplentes:

- Associação Nacional de Trabalhadores em empresas de Autogestão – ANTEAG
- Cooperativa Central do Cerrado

b) Entidades do segmento de apoio e fomento ao comércio justo e solidário:

Titulares:

- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE
- Instituto Morro da Cutia de Agroecologia – IMCA

Suplentes:

- Fundação Unitrabalho
- Visão Mundial

c) Entidades do segmento das redes da economia solidária

Titulares:

- Instituto Marista de Solidariedade
- Instituto Faces do Brasil

Suplentes:

- Associação Rede Xique-Xique
- Instituto Kairós

5. DEBATE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CNES

O debate teve início com a Sra. Andréa Fonseca, Chefe de Gabinete da SENAES informando sobre a sua participação em reunião da Secretaria Geral da Presidência da República com os secretários executivos/coordenadores dos Conselhos Nacionais de Políticas Públicas. A reunião tratou das formas de interação entre os conselhos, a representação e a qualidade da participação do Governo nesses conselhos. Informou também que outro tema tratado foi a questão a participação social no Programa de Erradicação da Pobreza e a questão da

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

intersetorialidade dos Conselhos. Foram tirados os seguintes encaminhamentos nessa reunião: a PR, em conjunto com um Grupo de Trabalho, pensará a construção de uma agenda para debater esses e outros temas a respeito dos conselhos nacionais; pensará em formas de aproximação de agendas dos conselhos que possuam temas que sejam interrelacionados de forma a avançar na questão da participação social no governo. Em seguida o Sr. Roberto Marinho falou sobre os comitês temáticos existentes e da necessidade de mantê-los, reestruturá-los e recompô-los, renovando-os diante das novas participações de representantes no CNES e do atual cenário da economia solidária. O Sr. Roberto relatou sobre sua participação no CONDRAF, falando sobre o que havia sido feito com relação à essa mesma situação naquele conselho e que foi criado um grupo de trabalho para reestruturação e fortalecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, de acordo com os indicativos da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e sugeriu que o mesmo modelo fosse adotado no âmbito do Conselho Nacional de Economia Solidária. Sugeriu que tal ação fosse remetida ao Comitê Permanente ou ao Comitê Temático de Institucionalidade da Política que deverá fazer um estudo do Decreto que criou o CNES e as alterações na sua normatização, colhendo informações de propostas de composição e apresentar um projeto para deliberação em Plenário.

